

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.397.260 - RR (2018/0297437-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MOUNIR FARID MERHI
ADVOGADO : ANDRÉ LUÍS VILLORIA BRANDÃO - RR000276A
AGRAVADO : SORAYA NAIM SAJIM
AGRAVADO : KARAM WADIH ABOU HARB
ADVOGADO : JULIANA QUINTELA RIBEIRO DA SILVA - RR000640

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 46, 47, 128 e 460 do Código de Processo Civil de 1973, 141 e 492 do Código de Processo Civil de 2015, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 22):

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE REVOGAÇÃO DE MANDATO C/C DANOS MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA DE OFÍCIO - AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE LITISCONSORTE NECESSÁRIO - SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO.

1. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo (CPC/73: Art. 47).
2. Resta claro que os reflexos da presente demanda irão atingir direito de terceiros, adquirentes de imóvel vendido por procuração que apelante requeria revogar.
3. Sentença anulada de ofício.

Sustenta o agravante, em síntese, que o Tribunal de origem proferiu julgamento **extra e ultra petita**, uma vez que não houve pedido de nenhuma das partes para anulação da sentença de primeiro grau.

Argumenta, ademais, que no presente caso não se exige o litisconsórcio facultativo, tampouco o necessário.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Verifico que o Tribunal de origem anulou a sentença, de ofício, assim

discorrendo (fls. 18/21):

(...)

Pois bem! Há nos autos questão de ordem pública a exigir manifestação de ofício desta relatoria, consistente em ausência de intimação de litisconsortes passivos necessários.

Deveras, tudo que a lei exige sob pena de nulidade, é um pressuposto positivo de validade do processo.

Litisconsórcio é a pluralidade de sujeitos nos polos da ação, seja como autores e/ou réus, podendo duas ou mais pessoas que podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente (CPC/73: Art. 46). (...)

Assim, há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo (CPC/73: Art. 47).

Na espécie, verifica-se que a AÇÃO DE REVOGAÇÃO DE MANDATO C/C DANOS MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA foi proposta em 14.03.2012, visando impedir a venda do imóvel objeto de procuração outorgada com vício de consentimento ao réu/apelado.

Todavia, consta nos autos: a) contrato de compra e venda, datada de 02.11.2011, por procuração, no qual o outorgado/réu/apelado vendeu para pessoa jurídica de sua propriedade, STARCONS COMÉRCIO E IMPOSTAÇÕES LDTA, o imóvel objeto da procuração que o outorgantes/autores/apelantes pretendiam revogar, qual seja, o lote de terras urbano n. 05 (atual lote n. 64), da quadra n. 32 Z-01 (atual quadra 28), centro, na cidade de boa vista, com área total de 885,00 m² na avenida Benjamin Constante, matrícula 7583, CRI da Comarca de Boa Vista de cadastro fiscal na prefeitura - IPTU n. 01.01.028.0064.001.0; b) bem como, escritura pública, com data 19.06.2012, que fizeram KARAN WADIIH ABOU HARD E SUA ESPOSA (outorgantes/autores/apelantes) e STARCONS COMÉRCIO E IMPOSTAÇÕES LDTA; c) documento de transferência, com data de 22.06.2012, para o nome da pessoa jurídica STARCONS COMÉRCIO E IMPOSTAÇÕES LDTA, de propriedade do outorgado/réu/apelado; e d) o registro de um aditamento de 27.06.2012, consignando que em realidade o registro imobiliários se refer tão somente a 66,70% ao adquirente, STARCONS COMÉRCIO E IMPOSTAÇÕES LDTA, e 33,3% a

JAMIL ALI TELES.

Assim, desde a juntada da contestação o juízo a quo já tinha ciência da venda a terceiros, que não foram citados para manifestação no processo. Cediço que em caso de procedência do pedido, ou mesmo de provimento de recursos em favor dos outorgantes/autores/apelantes os terceiros adquirentes do referido imóvel seriam claramente prejudicados, sem serem ouvidos no processo.

Outrossim, tanto na decisão de antecipação dos efeitos da tutela, quanto na sentença, o juízo se utiliza do termo "terceiro de boa-fé", sem qualquer comprovação se estes teriam agido com boa ou má-fé, haja vista carência de manifestação, ante ausência de citação nos autos.

Desse modo resta claro que os reflexos da presente demanda irão atingir direito de terceiros. Acerca do tema é altamente ilustrativo transcrever julgado da lavra do Eminentíssimo Desembargador Almiro Padilha: (...)

Assim, em razão de existência de questão de ordem pública, suscito preliminar de ofício, consistente em ausência de intimação de litisconsortes passivos necessários, anulando-se o feito desde após a apresentação da contestação e documentos anexados, a fim de que o juízo de primeira instância determine a citação dos terceiros interessados (CPC/73: art. 47, Parágrafo único).

(...)

Com efeito, anoto que a jurisprudência do STJ já decidiu que não há que se falar em julgamento **extra petita**, quando o juiz conhece, de ofício, de matéria de ordem pública. Nesse sentido, cito os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. INVALIDEZ. 1. CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES RESTRITIVAS DO CONTRATO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. JULGAMENTO EXTRA PETITA E INOVAÇÃO RECURSAL. INEXISTÊNCIA. PROVIMENTO JURISDICIONAL EXARADO NOS LIMITES DO PEDIDO. PRECEDENTE. 3. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A modificação da conclusão delineada no acórdão recorrido - acerca da ciência do segurado das condições gerais da apólice de seguro e, por conseguinte, da aplicação da tabela SUSEP - demandaria necessariamente o revolvimento dos fatos e das provas dos autos, atraindo, assim, o óbice disposto na Súmula 7 do STJ.

2. É iterativa a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

3. Nos termos da pacífica jurisprudência desta Corte Superior, não tem caráter extra petita a decisão fundamentada em argumentos jurídicos diversos dos apresentados pelas partes.

4. Não há se falar em julgado extra petita, quando o juiz conhece, de ofício, de matéria de ordem pública. Precedente.

5. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.701.207/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 30.8.2018) (grifo nosso)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. IMPRESCRITIBILIDADE. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. NORMA DE ORDEM PÚBLICA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O litisconsórcio necessário é regido por norma de ordem pública, cabendo ao juiz determinar, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, a integração à lide do litisconsorte passivo.

3. Segundo a jurisprudência desta Corte, a ação de investigação de paternidade é imprescritível.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.655.715/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 30.8.2018)

Além disso, observo que rever o entendimento do julgado estadual, que concluiu ser o caso de litisconsórcio passivo necessário, demandaria o reexame do acervo fático dos autos, o que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ. A propósito,

confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO ANTES DA CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 356/STF. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS 283 E 284/STF. INCLUSÃO DE PARTE NO POLO PASSIVO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Fica inviabilizado o conhecimento de temas trazidos no recurso especial, mas não debatidos e decididos nas instâncias ordinárias, tampouco opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, da Súmula 356 do STF.

2. A apresentação, no recurso especial, de razões dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia.

3. O Tribunal de origem, mediante o exame dos elementos informativos da demanda, entendeu que o litisconsórcio passivo seria necessário.

4. Infirmar as conclusões do julgado demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra vedação na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 790.234/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe de 24.8.2018)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora